DECISÃO SINGULAR DSG - G.ODJ - 9766/2019

PROCESSO TC/MS	: TC/15793/2014
PROTOCOLO	: 1535709
ÓRGÃO	: PREFEITURA MUNICIPAL DE BELA VISTA/MS
RESPONSÁVEL	: RENATO DE SOUZA ROSA
CARGO DO RESPONSÁVEL	: PREFEITO MUNICIPAL À ÉPOCA
ASSUNTO	: CONTRATO ADMINISTRATIVO N. 151/2014
EMPRESA CONTRATADA	: MARCO ANTÔNIO DA SILVA
PROCEDIMENTO LICITATÓRIO	: PREGÃO PRESENCIAL N. 44/2014
OBJETO	: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE FUNILARIA/PINTURA, TORNO/SOLDA, ELETROELETRÔNICO E MECÂNICA PARA A MANUTENÇÃO DA FROTA DE VEÍCULOS DA PREFEITURA MUNICIPAL.
VALOR INICIAL	: R$ 94.981,00
RELATOR	: CONS. OSMAR DOMINGUES JERONYMO

CONTRATO ADMINISTRATIVO. FORMALIZAÇÃO E TEOR. EXECUÇÃO FINANCEIRA. CONTAMINAÇÃO DOS ATOS SUBSEQUENTES. ATOS IRREGULARES. FALECIMENTO DO RESPONSÁVEL. EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE.

DO RELATÓRIO

Tratam os autos da apreciação da formalização e do teor (2ª fase) e da execução financeira do Contrato Administrativo n. 151/2014 (3ª fase), celebrado entre o Município de Bela Vista/MS e a empresa Marco Antônio da Silva, constando como ordenador de despesas o Sr. Renato de Souza Rosa, prefeito municipal à época.

O objeto do contrato é a prestação de serviços de funilaria/pintura, torno/solda, eletroeletrônico e mecânica para a manutenção da frota de veículos da prefeitura municipal, no valor global de R$ 94.981,00 (noventa e quatro mil, novecentos e oitenta e um reais).

Foi emitida a Deliberação AC02 n. 265/2018, julgando a irregularidade do procedimento licitatório na modalidade Pregão Presencial n. 44/2014 e a consequente extinção da punibilidade, em razão do falecimento do responsável pela contratação (processo TC/MS n. 15808/2014).

A 4ª Inspetoria de Controle Externo (4ª ICE) realizou a Análise ANA n. 22134/2018, entendendo pela regularidade da formalização e pela irregularidade da execução financeira do contrato.

Ato contínuo, o Ministério Público de Contas (MPC) emitiu o Parecer PAR – 2ª PRC n. 13250/2019, opinando pela irregularidade da formalização e da execução financeira do contrato, sugerindo, ainda, a extinção da punibilidade por falecimento do responsável.

DA DECISÃO

O douto MPC manifestou que não há como ignorar a irregularidade do procedimento licitatório julgado pela respeitável Deliberação AC02 n. 265/2018, de modo que contamina todos os atos dela subsequentes.

Nessa esteira, a formalização do Contrato Administrativo n. 151/2014, embora isoladamente se apresente regular, a fase antecedente (procedimento licitatório na modalidade Pregão Presencial n. 44/2014) que foi julgada irregular, contamina todos os atos posteriores dela decorrentes.

A execução financeira do contrato em análise infringiu aos ditames da Lei n. 4.320/64 e restou assim demonstrada:

- Valor Inicial da Contratação: R$ 94.981,00;
- Valor Total Empenhado: R$ 41.885,17;
- Notas Fiscais: R$ 46.864,64;
- Comprovantes de Pagamento: R$ 45.954,41.

Como se vê, não são idênticos os valores relativos às três etapas da execução da despesa, quais sejam, empenho, liquidação e pagamento, circunstância que revela a incorreta liquidação do objeto.

Sem embargo, apesar das impropriedades citadas deixo de aplicar a sanção de multa, tendo em vista o falecimento do responsável pela contratação, Sr. Renato de Souza Rosa, prefeito municipal à época.

A remessa obrigatória foi efetuada tempestivamente para esta colenda Corte de Contas, atendendo ao prazo de 15 (quinze) dias úteis de que dispõe a Instrução Normativa TC/MS n. 35/2011, vigente à época.

Assim, acolho, parcialmente, o entendimento da 4ª ICE e, integralmente, o parecer ministerial, e **DECIDO**:

1. pela **irregularidade** da formalização e do teor do Contrato Administrativo n. 151/2014 (2ª fase), celebrado entre o Município de Bela Vista/MS e a empresa Marco Antônio da Silva, constando como ordenador de despesas o Sr. Renato de Souza Rosa, prefeito municipal à época, com fulcro no art. 59, III, da Lei Complementar Estadual (LCE) n. 160/2012, c/c o art. 121, II, do Regimento Interno deste Tribunal de Contas (RITC/MS), aprovado pela Resolução TCE/MS n. 98/2018;

2. pela **irregularidade** da execução financeira do Contrato Administrativo n. 151/2014 (3ª fase), consoante dispõe o art. 59, III, da LCE n. 160/2012, c/c o art. 121, III, do RITC/MS;

3. pela **extinção da punibilidade**, tendo em vista o falecimento do responsável, Sr. Renato de Souza Rosa, prefeito municipal à época, em observância ao art. 5º, XLV, da Constituição Federal de 1988;

4. pela **intimação** do resultado deste julgamento aos interessados, conforme o art. 50 da LCE n. 160/2012, c/c o art. 70, § 2º do RITC/MS.

Campo Grande/MS, 31 de julho de 2019.

CONS. OSMAR DOMINGUES JERONYMO
Relator

dncs